



FEDERAÇÃO ESTADUAL DE MOTOCICLISMO DO MATO GROSSO DO SUL

ESTATUTO

TÍTULO I

DA ENTIDADE E DOS SEUS FINS

CAPÍTULO I

Da Denominação, Natureza Jurídica e Duração

Art. 1º - A Federação Estadual de Motociclismo do Mato Grosso do Sul, doravante denominada pela sigla **FEMEMS**, filiada à Confederação Brasileira de Motociclismo, designada pela sigla CBM, reconhecida pelo Comitê Olímpico do Brasil, designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, fundada em 11 de julho de 1986, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo reconhecida pela Lei Federal nº. 8.672, de 06 de junho de 1993 como a única Entidade estadual de Administração do Motociclismo no Estado, com sede e foro na Cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

§ 1º - A FEMEMS está estabelecida a Avenida Júlio de Castilho, N°106, Vila Alba, CEP 79009-095, Campo Grande - MS, podendo esta sede ser alterada por decisão da Diretoria.

§ 2º - A FEMEMS poderá instalar até quatro sub-sedes regionais, localizadas nas regiões, Norte, Oeste, Sudeste e sul do estado, com o objetivo de melhor administrar os interesses da FEMEMS e do Motociclismo Estadual.

§ 3º - A FEMEMS goza de autonomia na sua organização e funcionamento, prerrogativa outorgada constitucionalmente pelo art. 217, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, observados os princípios definidores de gestão democrática que visam garantir processos coletivos de atuação, tais como participação, descentralização e transparência.

§ 4º - A FEMEMS será representada, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, pelo seu Presidente.

§ 5º - A FEMEMS será representada, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, pelo seu presidente.

§ 6º - A personalidade jurídica da FEMEMS é distinta das Entidades que a compõem.

Art. 2º - As obrigações contraídas pela FEMEMS não se estendem às suas filiadas assim como as obrigações contraídas pelas suas filiadas não se estendem a **FEMEMS**, nem criam vínculos de solidariedade e nem mesmo subsidiariedade. As rendas e recursos financeiros da **FEMEMS**, inclusive provenientes das obrigações que assumir serão empregadas na realização de suas finalidades.

Art. 3º - A FEMEMS não terá atividades político-partidárias nem religiosas, sendo terminantemente proibida a discriminação de qualquer tipo contra um país, um indivíduo ou um grupo de pessoas por preconceito de origem étnica, cor, idioma, religião, ou de qualquer tipo de comportamento discriminatório e/ou que afronte a dignidade humana.

Art. 4º - A prestação de contas do ano anterior da Federação Estadual de Motociclismo, deverá ser publicada na página oficial da FEMEMS na internet – www.femems.com.br.

CAPÍTULO II

Das insígnias e do Pavilhão

Art. 5º - A FEMEMS adotará as seguintes insígnias: o pavilhão, o logotipo, os emblemas, os uniformes e os distintivos adotados, na forma do regulamento elaborado pela Diretoria da Federação e homologado pela Assembleia Geral.

§ 1º - O pavilhão da FEMEMS adota a forma geométrica oval, em tecido natural ou artificial na cor branca, no centro geométrico do pavilhão, o logotipo da FEMEMS.

§ 2º - O logotipo da FEMEMS possui a forma de um capacete de motocross, com desenho simétrico na cor azul marinho, com a borda da viseira na cor verde limão estampando em sua lateral posterior a bandeira do Estado de Mato Grosso do Sul, na parte inferior do capacete e abreviatura FEMEMS escrita na cor branca e no rodapé a palavra MOTOCICLISMO”.

Art. 6º - A garantia legal outorgada à FEMEMS neste artigo permite-lhe o uso comercial de sua denominação, de suas marcas e seus símbolos existentes e futuros e de todos os direitos de imagem da entidade e de suas representações, com exclusividade.

CAPÍTULO III

DOS FINS

Art. 7º - A FEMEMS foi instituída tendo por objetivo os seguintes fins:

- a) **Coordenar e dirigir** a nível estadual a prática do motociclismo, exercendo a função técnica-normativa e fiscalizadora das atividades relacionadas com a prática do motociclismo, inclusive com a ênfase educativa e social;
- b) **Representar e defender** os interesses do motociclismo estadual perante os organismos públicos estaduais, as entidades esportivas dirigentes, estaduais e internacionais, e em todo evento nacional de motociclismo;
- c) **Dirigir, difundir e incentivar** no estado a prática de todas as modalidades e categorias do motociclismo;
- d) **Promover, organizar autorizar e fiscalizar** no Estado, a realização de provas Estaduais e etapas de competições municipais e estaduais de motociclismo.

- e) **Expedir**, no âmbito de sua competência técnica-normativa, normas e regras técnicas sob a forma dos códigos, regulamentos regimentos ou outros quaisquer atos, que a ficam obrigados os filiados a FEMEMS/CBM e todos aqueles que participam da realização de provas e competições esportivas;
 - f) **Cumprir e fazer cumprir** pelos seus filiados os mandamentos emanados pela **Federação Internacional de Motociclismo – FIM** e dos organismos nacionais e internacionais a que esteja filiada e, igualmente, os atos legalmente expedidos pelos Poderes Públicos;
 - g) **Processar e Julgar**, através dos poderes internos constituídos, os responsáveis pela inobservância de qualquer norma e regra técnica-esportiva e ditada pela **FEMEMS**, pelas entidades nacionais dirigentes e pelo Poder Público competente;
 - h) **Decidir** a respeito da participação de competidores esportivos, em provas realizadas fora da jurisdição da Federação a qual é filiada;
 - i) **Autorizar, orientar, coordenar e fiscalizar** as atividades municipais de suas filiadas;
 - j) **Instituir** normas técnicas reguladoras da prática do motociclismo;
 - k) **Exercer** atos das competências que lhe forem conferidas por lei, decreto, portarias e atos normativos editados pelo Poder Público do Estado;
 - l) **Regulamentar** as disposições legais baixadas a respeito dos atletas, dispondo sobre inscrições, registro, inclusive de contratos, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas;
 - m) **Interceder** perante os Poderes Públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição;
 - n) **Combater**, por todas as formas, a utilização de substâncias proibidas ou técnicas de dopagem, por parte de atletas, dirigentes e pessoal de apoio, conduzindo e permitindo conduzir controle de dopagem, durante competições e fora delas, no território estadual pelas entidades concernentes.
 - o) **Promover** o desenvolvimento econômico e social e a redução da pobreza através da contratação e treinamento de mão de obra necessária para a realização de cada evento de caráter competitivo do motociclismo.
- § 1º - As normas de execução dos princípios fixados neste artigo serão prescritas, além do que constar neste Estatuto, nos regulamentos, regimentos, resoluções, portarias, avisos e demais normas orgânicas e técnicas baixadas pela **FEMEMS**.
- § 2º – A execução de todas as atividades da **FEMEMS** observará, em qualquer hipótese, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.
- § 3º - A prática das atividades supramencionadas sempre atenderá a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.
- p) Incentivar e fomentar o **TURISMO**, através da difusão do Motociclismo;
 - q) Promover ações em defesa e conservação do **MEIO AMBIENTE**, no âmbito de sua competência;
 - r) Integrar o Motociclismo a projetos de **ARTE** e **CULTURA**, voltados a evolução, sensibilização, divulgação, socialização e visibilidade do Motociclismo, fomentando a produção de projetos e programações sociais,

- esportivas, educacionais e culturais, junto aos seus associados e comunidade em geral, visando capacitação, aprimoramento e evolução pessoal, profissional, educacional e cultural em especial nos segmentos das artes visuais, áudio visual, cinema, teatro, dança, circo, música, arte digital, literatura, patrimônio material, imaterial e artes integradas;
- s) Promover e/ou Homologar cursos, treinamentos, capacitação de monitores, palestras e demais atividades EDUCACIONAIS, relacionadas a prática responsável do Motociclismo em suas diversas vertentes, fornecendo aos participantes os certificados de conclusão de curso;
 - t) Agir em defesa da conservação do PATRIMÔNIO HISTÓRICO ESPORTIVO, ligado ao Motociclismo e suas diversas modalidades esportivas, assim como a própria prática do Motociclismo como um todo;
 - u) Publicar periódicos, LIVROS ou revistas para divulgação das atividades do Motociclismo esportivo, cultural, social, ambiental e educacional realizada pela FEMEMS, seus filiados e parceiros contratados para esse fim;
 - v) Incentivar o Motociclismo LÚDICO, fomentando a criação e comercialização de JOGOS, GAMES, seja de forma eletrônica ou física, no qual possa contribuir com o desenvolvimento e a divulgação do Motociclismo e de seus atletas, nas suas mais variadas formas e suas práticas;

CAPÍTULO IV DA PRÁTICA DO MOTOCICLISMO E SUAS MODALIDADES

Art. 8º - O motociclismo de competição pode ser praticado de modo profissional e não profissional.

§ 1º - A prática profissional é caracterizada por remuneração pactuada por contrato de trabalho ou por outras formas contratuais admissíveis.

§ 2º - A prática não profissional é caracterizada pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivo de materiais, prêmios e de patrocínio.

Art. 9º - O motociclismo de competição será praticado nas modalidades reconhecidas pela **FIM**, **CBM** e pelas entidades a ela filiadas, na forma do artigo 51 deste Estatuto, e outras que venham a ser instituídas.

Parágrafo único – as modalidades poderão ser instituídas em categorias.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DOS PODERES CAPÍTULO I Da Organização

Art. 10º - A **FEMEMS** é constituída diretamente pelos seus associados que são os Moto clubes a eles filiados diretamente, como entidades incumbidas de administrar as atividades de motociclismo, nos respectivos Municípios e nos Estados sendo esses os únicos com direito a voz e voto junto a FEMEMS e indiretamente pelas Ligas, devidamente vinculadas e organizadas juridicamente consoantes as leis do País, e que consigne, expressamente, em seus atos constitutivos, a aceitação e adesão às normas e regras desportivas,

estadual e nacional do motociclismo e pelo representante dos atletas diretamente filiados, todos reconhecendo a **FEMEMS** como a única Entidade estadual de administração do motociclismo no Estado.

§ 1º - A **FEMEMS** somente admitirá como filiada/associada uma única Entidade por Município e pelo Estado com direito de participação e voto nas Assembleias Gerais da **FEMEMS**.

§ 2º - As Ligas vinculadas à **FEMEMS** organizarão competições desportivas na sua Região, sempre respeitando a Lei, os Estatutos da **FEMEMS** e da Confederação Brasileira de Motociclismo – **CBM**, não possuindo direito de participação e voto nas Assembleias Gerais da **FEMEMS**, não sendo considerada uma associada da **FEMEMS**.

§ 3º - Nenhuma Liga poderá ser vinculada ou manter direito à vinculação, sem prova de preencher os seguintes requisitos:

- a) Ser pessoa jurídica;
- b) Possuir Estatuto compatível com as Leis Públicas e com os mandamentos adotados pela **FEMEMS**;
- c) Apresentar-se com poderes constituídos na forma da Lei e integrados por membros idôneos;
- d) Ser constituída por, no mínimo três Moto Clubes Filiados e ter um número mínimo de duzentos Pilotos inscritos e filiados à sua respectiva Moto clube;

§ 4º - Os Clubes, integrantes de uma Liga deverão, obrigatoriamente, ser homologados a Federação de sua jurisdição.

§ 5º - Terão direito a voz e um voto em assembleia geral a Comissão de Pilotos da **FEMEMS**, de acordo com os artigos 21 e 25 desse estatuto.

§ 6º - Somente poderá se homologados à **FEMEMS**, os motos clubes que não contenham em suas normas nenhuma disposição que vede ou restrinja o direito de associados do estado.

§ 7º - Além das entidades mencionadas no *caput* deste artigo, terão direito a voz e voto a Comissão Estadual de Pilotos.

Art. 11 - Com o objetivo de restabelecer o funcionamento regular dos Moto Clubes homologados, evitando a descontinuidade das atividades, na falta dos Dirigentes das entidades filiadas, por decurso de seus mandatos, por mais de noventa dias, sem que tenham sido nomeados os sucessores, a **FEMEMS** notificará os Clubes para que regularizem a situação. Caso decorra mais de noventa dias sem que haja a regularização, a **FEMEMS** poderá convocar os Clubes constantes na relação de Clubes filiados para uma Assembleia Geral Eletiva, onde deverão ser apresentadas as chapas, cabendo à **FEMEMS** coordenar o processo eleitoral. A **FEMEMS** não pode, em hipótese nenhuma intervir, ou administrar a o Moto Clube acéfala, limitando-se à coordenação do processo eleitoral. No caso de nenhuma chapa se inscrever, deverá ser apresentado à Assembleia o pedido de desfiliação.

Art. 12 - Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos e fazer cumprir os atos legalmente expedidos pelos órgãos ou representantes do Poder Público, a **FEMEMS** poderá aplicar às suas filiadas, bem como às pessoas físicas ou jurídicas direta ou indiretamente a ela vinculadas, sem prejuízo das sanções de competência da justiça desportiva, as seguintes penalidades:

- I – Advertência;
- II – Censura escrita;
- III – Multa;
- IV – Suspensão,
- V – Desfiliação ou Desvinculação.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos deste artigo não prescindem do processo administrativo, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - As penalidades de que tratam os incisos I, II, III deste artigo, só são aplicadas após a decisão fundamentada e definitiva da diretoria e, se for o caso, da Justiça Desportiva.

§ 3º - Havendo necessidade de instaurar processo administrativo, ele será realizado por comissão nomeada pelo Presidente da Entidade, e terá o prazo de 30 (trinta) dias para a sua conclusão.

§ 4º - Depois de concluído, será o processo remetido ao Presidente, que tomará as providências cabíveis;

§ 5º - Excetuando-se os casos de interposição de recursos, as penalidades administrativas aplicadas pelo Poder competente da Entidade poderão ser comutadas ou anistiadas pelo próprio poder que as aplicou;

§ 6º - As penalidades de que tratam os incisos IV e V deste artigo somente poderão ser aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva;

§ 7º - As transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator às penalidades previstas na Lei 9.615/98, após regular processamento e julgamento da Justiça Desportiva, conforme dispõe o Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

§ 8º - A advertência verbal será aplicada ao infrator pessoa física pelo presidente da FEMEMS ou por qualquer membro da Diretoria que a tenha presenciado ou imediatamente após.

§ 9º - A pessoa advertida verbalmente ou a entidade censurada por escrito poderão, no prazo de cinco dias, justificar-se e pedir reconsideração a quem a advertiu ou censurou.

§ 10º - A entidade penalizada com multa, suspensão, desfiliação ou desvinculação poderá, no prazo de quinze dias, recorrer à Assembleia Geral, que será convocada extraordinariamente.

§ 11º - O regimento interno definirá as violações e prescreverá o processo de aplicação e graduação das penalidades previstas neste artigo, aplicando-se na sua falta, com as devidas adaptações a legislação penal e processual existentes.

§ 12º - Da decisão da Diretoria que desfiliar a entidade, ou que lhe aplicar qualquer outra punição, caberá recurso à Assembleia Geral.

Art. 13 - Para serem admitidas como homologadas à **FEMEMS** e para terem direito a participação em Assembleia, com direito a voz e voto, os Moto Clubes deverão atender, cumulativamente, seguintes condições essenciais:

- I - Ser constituída juridicamente sob uma das formas admitidas em direito;
- II - Possuir Estatutos devidamente registrados em Cartório ou Órgão competente, em conformidade com as normas da **FEMEMS**, não colidente e compatível com a legislação vigente;

III – Possuir Diretoria com poderes de mandatário e de representação regularmente constituído, com a Ata de Eleição e posse registrada no Cartório ou Órgão competente encaminhando o rol com o nome e quantidade dos dirigentes;

IV – Possuir CNPJ ativo.

§ 1º - A perda de quaisquer das condições, relacionadas nos incisos I, II, III, IV, deste artigo, acarretará a imediata suspensão dos direitos da filiada, uma vez notificada à mesma, por carta com aviso de recebimento, cessando a suspensão a contar do restabelecimento destas condições.

§ 2º - Sem prejuízo das condições essenciais prevista neste artigo, os deveres e os direitos dos filiados são os estabelecidos neste Estatuto, além de outros que vierem a ser instituídos pela legislação Pública e por outros atos legalmente reconhecidos.

Art. 14 – Perderá o direito a participação em Assembleia a Moto Clube que não realizar pelo menos 01 (um) evento anual, devendo enviar relatórios anuais, a título de comprovação. Perderá o direito a voz e voto também a Moto Clube e a Comissão Estadual de Pilotos que tiver pendência documental ou financeira para com a **FEMEMS**, vencida a mais de 30 (trinta) dias.

§1º - Para fins do *caput*, a **FEMEMS** deverá enviar uma notificação à entidade homologada. Persistindo por mais 30 (trinta) dias a inadimplência documental ou financeira, se aplicará a imediata suspensão dos direitos da filiada, uma vez notificada a mesma por carta com aviso de recebimento, cessando a suspensão a contar da quitação da dívida e/ou do envio dos relatórios anuais e documentos pendentes.

CAPÍTULO II Dos Poderes e Dos Órgãos Técnicos de Cooperação SEÇÃO I Da Discriminação

Art. 15 – São poderes instituídos na **FEMEMS**:

- I – Assembleia Geral;
- II – Conselho Fiscal;
- III – Presidência;
- IV – Diretoria

§ 1º São órgãos técnicos e de cooperação, cuja organização, composição e funcionamento são objetos de regulamentos e normas próprios, todos nomeados pelo presidente e homologados pela Diretoria da **FEMEMS**, exceto o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), este que possui autonomia e independência, na forma da lei.

- I – Conselho Consultivo de Técnicos e Atletas;
- II – Comissão de Arbitragem;
- III – Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

§ 2º – A FEMEMS não reconhecerá como válidas as disposições que regulem a organização e o funcionamento de suas filiadas e vinculadas, quando conflitantes com as normas referidas neste estatuto e, principalmente, na legislação pertinente.

§ 3º – Os mandatos de todos os membros dos poderes da FEMEMS será de 4 (quatro) anos, contados da data de sua posse, permitida 1 (uma) recondução, e só poderão ser exercidos por pessoas que satisfaçam as condições da Legislação Desportiva em vigor.

§ 4º - O exercício do cargo de quem estiver cumprindo penalidade ou suspensão ficará interrompido durante o prazo respectivo.

§ 5º - O membro de qualquer poder ou órgão poderá licenciar-se do cargo ou função por prazo não superior a 90 (noventa) dias.

§ 6º - Sempre que ocorrer vaga de qualquer membro eleito para os poderes da FEMEMS, o seu substituto completará o tempo restante do mandato.

§ 7º - Compete à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, à Diretoria e ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva a elaboração de seus respectivos Regimentos Internos.

Art. 16 – São instituídos como órgãos técnicos e de cooperação, vinculados a Diretoria da FEMEMS:

- I. Conselho Técnico Desportivo Estadual;
- II. Comissão Estadual de Motovelocidade;
- III. Comissão Estadual de Supermoto;
- IV. Comissão Estadual de Superbike;
- V. Comissão Estadual de Motocross e Supercross;
- VI. Comissão Estadual de Enduro FIM;
- VII. Comissão Estadual de Trial;
- VIII. Comissão Estadual de Super Enduro;
- IX. Comissão Estadual de Hard Enduro;
- X. Comissão Estadual de Mototurismo;
- XI. Comissão Estadual de Enduro de Regularidade (Moto, Quadriciclo e UTVs);
- XII. Comissão Estadual de Velocross;
- XIII. Comissão Estadual de Cross Country;
- XIV. Comissão Estadual de Rally (Moto, Quadriciclo e UTVs).
- XV. Comissão Estadual de Flat Track;

Parágrafo Único – A Diretoria da FEMEMS poderá instituir outros órgãos técnicos e de cooperação, no interesse do desenvolvimento do motociclismo de competição, garantida a participação dos atletas filiados na elaboração dos Regulamentos dos Campeonatos, nos mesmos moldes do artigo 7, §5º deste estatuto, através de Comissão Estadual de Pilotos da FEMEMS.

Art.17 - Os cargos presidente e vice-presidentes da FEMEMS e também o que qualquer órgão social da FEMEMS poderá ser ocupado por cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos, respeitando as condições previstas no artigo 20 desse estatuto e o artigo 23, inciso II, alíneas A, B, C, D, E e F, da lei 9.615/1998.

Art.18 - Os membros dos órgãos sociais da FEMEMS não receberão qualquer retribuição financeira ou material pelo exercício de seus cargos, mas serão

ressarcidos pelas despesas que fizerem, desde que previamente autorizadas pela Diretoria.

Art. 19 - Não podem ser eleitos ou nomeados para cargos em órgão social da FEMEMS:

- I – Pessoas residentes ou domiciliadas fora do Brasil;
- II - Os que estiverem cumprindo penalidades impostas por Tribunais de Justiça Desportiva ou pela FEMEMS;
- III - inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
- IV - Inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;
- V - Afastados de cargos eletivos, de livre nomeação ou de confiança, em gestão patrimonial, administrativa ou financeira, irregular ou temerária da FEMEMS, filiada ou vinculada;
- VI – Os falidos e os inadimplentes das contribuições trabalhistas e previdenciárias;
- VII – os condenados por crime doloso em sentença definitiva, que ainda não tenham cumprido integralmente sua pena.
- VIII – Os administradores e Membros do Conselho Fiscal de Clubes, Associações, "times" e "equipes" de praticante de motociclismo;

Parágrafo Único: É condição e requisito, para concorrer ao cargo de Presidente da FEMEMS que o candidato apresente certidão negativa de antecedentes criminais, bem como certidões de regularidade fiscal junto às receitas federal, estadual e municipal, INSS e FGTS.

§ 1º No caso dos incisos III, IV, V, VI, VII, o prazo de inelegibilidade será de 10 anos.

§ 2º No caso de inscrição para cargos eletivos, os candidatos assinarão termo de responsabilidade no que tange ao rol de inelegibilidade previstas neste artigo e em seus incisos.

§ 3º É obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso haja fundamentados indícios de terem incorrido em quaisquer das hipóteses *caput*, assegurado o processo regular e a ampla defesa para a destituição do cargo.

§ 4º Para o desempenho de funções e cargos eletivos nos poderes da FEMEMS, é vedada a participação no processo eleitoral do cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o 2º grau, do presidente ou vice-presidente da Entidade.

SEÇÃO II

Da Comissão Estadual de Pilotos

Art. 20 - Deverá ser constituída uma Comissão Estadual de Pilotos, cujos representantes serão escolhidos por meio de voto direto, em eleição organizada pela FEMEMS, de acordo com o art. 23 - da Lei 9.615 de 1998, cujo mandato será de (04) quatro anos, renovável uma única vez por igual período.

Art. 21 - A Comissão estadual de Pilotos será integrada por pilotos com a atribuição de sugerir, opinar e assessorar a Diretoria da FEMEMS nos assuntos do Motociclismo.

Art. 22 - A Comissão Estadual de Pilotos será constituída por 05 membros.
Parágrafo Único. As normas e recomendações emanadas da Comissão Estadual de Pilotos serão submetidas para à apreciação da Diretoria, para o fim dos atos normativos.

Art. 23 - O Comissão Estadual de Pilotos terá a competência, organização e funcionamento estabelecidos com regulamento próprio, tendo direito a participar da elaboração dos regulamentos dos Campeonatos, posteriormente devendo serem aprovados pelas Diretorias de cada modalidade.

Art. 24 - A Comissão Estadual de Pilotos, além das sugestões e acompanhamento dos trabalhos da FEMEMS, por ocasião das reuniões de Diretoria e das Assembleias Gerais, na aprovação do regulamento das competições e nos eventos em geral. O Presidente da Comissão Estadual de Pilotos terá direito a participação nas Assembleias Gerais Ordinárias, Extraordinárias e Eletivas, com direito a voz e 1 (um) voto.

SEÇÃO III Da Assembleia Geral

Art. 25 - A Assembleia Geral, poder constituinte e soberano da FEMEMS, é constituída pelas Moto Clubes, **cada uma com direito a 01 (um) voto.**

§ 1º - Será admitida a tomar parte da **Assembleia Geral da FEMEMS**, com direito a voz e 1 (um) voto, a Comissão Estadual de Pilotos da FEMEMS.

§ 2º - Fica acordado entre as filiadas, que a representação política e jurídica das Moto Clube nas reuniões da Assembleia Geral será personalíssima e restrita, admitida só a um dos legítimos representantes estatutários da filiada e na ordem hierárquica, atribuída primeiro ao Presidente e, em sua falta ou impedimento, ao 1º ou 2º Vice-Presidentes, estando expressamente vedada a representação por qualquer tipo de instrumento de procuração, inclusive os que contenham outorga de poderes da cláusula "judicia" et "extra judicia";

§ 3º - A representação das filiadas será comprovada mediante a exibição antecipada da ata de eleição e posse dos dirigentes, devidamente registrada no Cartório ou órgão competente, junto com cópia de um documento de identificação pessoal que goze de fé pública;

§ 4º - A homologado que faltar, salvo motivo fortuito ou força maior, a duas reuniões consecutivas da Assembleia Geral Ordinária, perderá o direito de voto nas Assembleias Gerais, só o readquirindo na Assembleia Geral realizada após a próxima Assembleia Geral Ordinária que comparecer;

§ 5º - No caso de Assembleia Eletiva, o pagamento, bem como a entrega de documentos, após a divulgação do colégio eleitoral, não altera o colégio eleitoral já divulgado, salvo se o débito se comprove inexistente ou já tenha

sido quitado antes da data limite de 48 horas antes da divulgação. E salvo se os documentos apresentados tenham data de emissão anterior a esta mesma data limite;

§ 6º - A divulgação do colégio eleitoral, bem como a situação documental e financeira de todas os Moto Clubes, estará à disposição das Moto Clubes pela Internet através do Site da FEMEMS. Desta forma, toda Moto Clubes terá conhecimento de sua situação perante a **FEMEMS**, bem como dos demais Moto Clubes.

§ 7º - Para participar de Assembleia Geral não eletiva com direito a voto, as Moto Clubes podem até 48 horas antes do início da Assembleia saldar seus débitos (em espécie), bem como apresentar os documentos faltantes;

§ 8º - No caso Assembleia Eletiva, as Moto Clubes, até 48 horas antes da divulgação do colégio eleitoral, poderão saldar seus débitos (em espécie) e apresentar documentações necessárias para terem direito a voto;

§ 9º - Os pedidos de novas homologações serão examinados pela Assembleia Geral, mediante parecer da Diretoria da **FEMEMS**, cientes as Moto Clubes postulantes de que, ressalvado apenas o direito à participação, somente usufruirão o direito a voto nas reuniões do poder maior, a partir da 1ª reunião ordinária que se seguir àquela concessiva de sua homologação;

Art. 26 – Compete a **Assembleia Geral**, além das atribuições e dos poderes gerais prescritos neste Estatuto:

- a) Eleger, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 1 (uma) única recondução, o Presidente e os dois Vice-Presidentes da **FEMEMS**, os Membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;
- b) Autorizar o Presidente da **FEMEMS** a alienar bens imóveis, a constituir ônus ou direitos reais sobre os mesmos e a doar bens móveis e imóveis;
- c) Resolver sobre a extinção da **FEMEMS**;
- d) Decidir sobre a desfiliação da **FEMEMS** de organismos nacional, em votação de que participem, ao menos, dois terços de seus Membros;
- e) Interpretar este Estatuto em última instância;
- f) Alterar este Estatuto, no todo ou em parte;
- g) Decidir sobre a filiação e desfiliação de Moto Clubes homologados, sendo que, para esta última, por dois terços dos presentes à Assembleia Geral.

§ 1º - A Assembleia Geral disporá do Regimento Interno por ela mesma, aprovado e no qual serão prescritas as normas relativas ao seu funcionamento,

§ 2º - Os eleitos pela Assembleia Geral, desde que não seja verificado nenhum impedimento, tomarão posse no dia 2 de janeiro após a eleição.

§ 3º - O Presidente e seus Vice-Presidentes em exercício permanecem no cargo até a posse do Presidente eleito, devendo cumprir fielmente as funções e determinações deste estatuto e demais normas expedidas pela **FEMEMS**.

Art. 27 – A Assembleia Geral da **FEMEMS** se reunirá ordinariamente, anualmente, no primeiro semestre, para deliberar sobre o relatório das atividades do ano que se finaliza, o orçamento e planejamento para o exercício que se inicia, a premiação dos campeões, bem como deliberar acerca de qualquer outra matéria, incluída na pauta dos trabalhos, podendo se reunir dentro ou fora de sua sede; e **quadrienalmente**, na sede da entidade, no segundo semestre, para eleger os Membros dos Poderes eletivos da **FEMEMS**;

§ 1º - A Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á em 1ª chamada, com a presença de metade mais um de seus Membros com direito a voto e, em 2ª chamada, uma hora após, com a presença de qualquer número de Membros com direito a voto;

§ 2º - A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da **FEMEMS**, que a presidirá, ressalvadas as Assembleias Gerais eletivas e as em que forem apreciadas as contas de sua gestão, quando então, no caso das Assembleias Eletivas será presidida por um dos membros da Comissão Eleitoral, em especial, pelo Presidente da Comissão Eleitoral, no caso das Assembleias para apreciação das contas de sua gestão, será presidida por um dos representantes dos filiados presentes, eleito na ocasião, por maioria simples;

§ 3º - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos, ressalvado os casos expressos em que este Estatuto estabeleça quórum especial;

§ 4º - As Assembleias Gerais Ordinárias, Extraordinárias, serão convocadas através de edital, publicado em jornal de grande circulação por 03 vezes; e através do Site da **FEMEMS** (www.femems.com.br), com antecedência mínima de 20 (vinte) dias antes da data de realização.

§ 5º - As **Assembleias Eletivas** serão realizadas no segundo semestre, na sede da entidade, convocadas no prazo de 50 (cinquenta) dias antes desta data, na mesma forma do parágrafo anterior, fixando-se a data limite para registro das chapas 45 (quarenta e cinco) dias antes desta data. Os eleitos tomarão posse no dia 15 de janeiro após a Assembleia.

§ 6º - No caso de eleição que não seja por fim de mandato preestabelecido quando da eleição, a data limite para registro das chapas é de 20 (vinte) dias antes da data da eleição.

§ 7º - Para alterar o estatuto é necessário a presença da maioria (metade mais um) dos filiados com direito a voto, em primeira convocação, ou de 1/3 deles em segunda convocação, uma hora depois, devendo a decisão ser tomada pelo voto favorável de 2/3 dos presentes.

§ 8º - Não havendo quórum nas primeira e segunda convocações, haverá tantas outras convocações quantas necessárias, até que se consiga a presença do terço necessário, com 48 horas de intervalo entre elas.

§ 9º - Nos demais casos as decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos e, havendo mais de duas opções para os votantes, por maioria simples.

§ 10º - No caso de Assembleia Geral Extraordinária, os seus associados poderão se reunir por meio de conferência eletrônica (virtual), devendo a ata ser assinada por certificado digital, não havendo necessidade presencial física de seus membros, devendo seguir os ritos temporais de convocação.

Art. 28 – A Assembleia Geral reúne-se, extraordinariamente, para:

I – Quando necessário, tratar de qualquer matéria que seja urgente e de relevante interesse da **FEMEMS**;

Art. 29 – As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente da **FEMEMS**, na forma deste Estatuto, sendo garantido a 1/5 (um quinto) dos filiados o direito de convocá-la;

Art. 30 – Os procedimentos eleitorais assegurarão:

I – Publicação do colégio eleitoral, 20 (vinte) dias antes da eleição, constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos;

II – Defesa prévia do candidato e do associado do direito de participar da eleição, no prazo de 05 (cinco) dias, em caso de impugnação;

III – eleição convocada conforme previsões contidas na Lei Pelé e neste Estatuto;

IV – Sistema de recolhimento de votos imune a fraudes, devendo, no caso de votação secreta, serem designados pelo **Presidente da Assembleia Eletiva**, no mínimo, 03 (três) escrutinadores para procederem à verificação e contagem dos votos, assegurada a votação não presencial;

IV – Acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação, sendo franqueado o acesso ao recinto da Assembleia eletiva aos candidatos concorrentes e à mídia.

V – Constituição de pleito eleitoral por comissão apartada da diretoria da entidade desportiva.

VI – A convocação das Eleições deverá ser realizada mediante publicação em órgão de imprensa de grande circulação, por três vezes, e, disponibilizado no site da FEMEMS.

VII – A fiscalização do processo eleitoral por 01 (um) delegado das chapas concorrentes, que deverão ser nomeados pelas mesmas, e, por 1 (um) membro do conselho fiscal.

§ 1º - Somente serão aceitas inscrições, de chapas protocoladas por escrito, na Secretaria da **FEMEMS**, em horário de funcionamento do escritório, mediante requerimento de uma filiada, sendo indeferidas e tidas por inexistentes aquelas que não contiverem todos os nomes dos candidatos aos cargos eletivos, encabeçadas pelos candidatos à **Presidência da FEMEMS**, anexadas as cartas de aceite dos candidatos que subscrevem a chapa, de punho próprio;

§ 2º - As votações serão, em regra, em aberto, convertidas automaticamente para a forma de escrutínio secreto no caso de solicitação de metade mais dos membros das Moto Clubes representadas na Assembleia Geral, desde que tenha direito a voto;

§ 3º - A apuração será feita sempre considerando "o cabeça" de chapa, computando-se os votos sempre em favor daquele, vedada a substituição dos candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidentes após a inscrição da chapa, salvo em caso de morte;

§ 4º - Executada a apuração, ocorrendo empate entre duas ou mais chapas, proceder-se-á a uma nova votação só entre as chapas que obtiverem, a maior, igual nº de votos na 1ª eleição e, persistindo novo empate entre elas, será considerada eleita a chapa cujo candidato ao cargo de Presidente for o mais idoso;

§ 5º - Quando da realização das eleições, a Comissão Eleitoral poderá baixar normas e instruções visando discipliná-las, normas e instruções disciplinadoras que, quando baixadas, obrigam a todos, com o seu descumprimento ensejando o impedimento do registro da chapa, ou seu cancelamento, não podendo ser incompatíveis ou conflitantes com as normas deste Estatuto e/ou com a Lei, exceto questões operacionais que caso não sejam alteradas, podem acarretar a inviabilização do pleito.

§ 6º Terá direito a voto em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o representante indicado pela Comissão Estadual de Pilotos, conforme disposto no artigo 26 deste estatuto.

§ 7º - O processo eleitoral será constituído por Comissão Eleitoral apartada da Diretoria da FEMEMS, de forma específica para o pleito e será formada por 3 (três) pessoas, nos trinta dias que antecedem à realização da Assembleia Eletiva.

§ 8º - Os integrantes que forem indicados a comporem a Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos na eleição ou parte do corpo diretivo anunciado pela chapa, devendo agir com lealdade processual, independência, imparcialidade e observância às disposições do Estatuto Social da FEMEMS e da legislação vigente.

§ 9º - A Comissão Eleitoral será composta por:

- a) 01 (um) membro indicado pela Diretoria da FEMEMS;
- b) 01 (um) membro indicado pelas Entidades filiadas;
- c) 01 (um) membro da Comissão Estadual de Pilotos da FEMEMS.

§ 10º - A Comissão Eleitoral, uma vez composta, escolherá entre os três membros, quem incumbirá o exercício e cargo de Presidente e Secretário, no dia da Assembleia Eletiva.

Art. 31 - É garantida a representação, com direito a voto, da Comissão Estadual de Pilotos e entidades de prática esportiva para a aprovação do Regulamento de Competições.

Art. 32 - Os representantes dos pilotos de que trata o dispositivo acima deverão ser escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela entidade de administração do desporto, em conjunto com as entidades que os representem, observando-se, quanto ao processo eleitoral, disposto no art. 22 da Lei 9.615 de 1998.

Art. 33 - Todos os integrantes das assembleias-gerais terão acesso irrestrito aos documentos, informações e comprovantes de despesas de contas que trata o art. 24 da Lei Federal 9.615/98

Seção III

Do Tribunal de Justiça Desportiva e das Comissões Disciplinares

Art. 34 - A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas no Código Brasileiro de Justiça Desportiva, de acordo com o que dispõe a legislação federal.

Art. 35 - É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de prática o exercício de cargo ou função na **Justiça Desportiva**, exceção feita aos Membros dos Conselhos deliberativos das entidades de prática desportiva.

Art. 36 - Ao Tribunal de Justiça Desportiva da **FEMEMS**, poder judicante, autônomo e independente, composto por 09 (nove) Membros, indicados na forma do art. 55 da Lei nº. 9.615/98 com a redação alterada pela Lei nº 9.981/2000, com mandato de (04) quatro anos, permitida apenas uma

recondução, compete processar e julgar, em última instância, as questões previstas no Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

§ 1º - Junto ao Tribunal de Justiça Desportiva - TJD para julgamento em 1ª instância, envolvendo competições interestaduais ou nacionais, funcionarão tantas Comissões Disciplinares quantas se fizerem necessárias, compostas, cada qual, de 05 (cinco) Membros, que não pertençam ao TJD, por estes indicados e nomeados pelo Presidente da FEMEMS;

§ 2º - Os Membros do Tribunal de Justiça Desportiva e das Comissões Disciplinares poderão ser bacharéis em Direito ou pessoas com notório saber jurídico desportivo e de conduta ilibada.

§ 3º - A FEMEMS disponibilizara local e meio para o funcionamento do Tribunal de Justiça Desportiva e das Comissões Disciplinares;

§ 4º - O TJD e as Comissões Disciplinares elegerão seu Presidente entre seus Membros dispondo, ainda, sobre o Regimento Interno;

§ 5º - Das decisões das Comissões Disciplinares caberá recurso ao Tribunal de Justiça Desportiva, nas hipóteses previstas no respectivo Código Brasileiro de Justiça Desportiva, mediante o recolhimento da taxa de preparo, prevista em resolução da FEMEMS;

§ 6º - A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Art. 37 – Junto ao Tribunal de Justiça Desportiva funcionará 01 (um) ou mais procuradores e 01 (um) Secretário, nomeados pelo seu Presidente.

Art. 38 – Havendo vacância do cargo de Auditor, Membro efetivo do Tribunal de Justiça Desportiva, o seu Presidente deverá oficialar a entidade indicadora, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias promova nova indicação.

Art. 39 – Compete ao Presidente Tribunal de Justiça Desportiva conceder licença temporária aos seus Membros, nunca superior a 90 (noventa) dias.

Sessão IV Do Conselho Fiscal

Art. 40 – O Conselho Fiscal, poder de fiscalização da administração geral da FEMEMS, se constituirá de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, eleitos com mandatos de 04 (quatro) anos, pela Assembleia Geral, permitida 1 (uma) única recondução.

§ 1º - Compete ao Conselho Fiscal:

- Examinar** os livros, documentos e balancetes;
- Apresentar à Diretoria** parecer anual sobre o projeto de orçamento para o exercício seguinte e sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo da FEMEMS, bem como sobre o resultado da execução orçamentaria do exercício anterior,
- Denunciar à Assembleia Geral** erros administrativos, qualquer violação da Lei ou deste Estatuto, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive

para que possa, em cada caso, exercer plenamente sua função fiscalizadora;

- d) **Reunir-se**, quando necessário, mediante convocação da **Assembleia Geral**, do Presidente da **FEMEMS**, da maioria dos filiados ou de qualquer dos seus próprios Membros;
- e) **Homologar** o recebimento de doação ou legados e opinar sobre a conversão deles em dinheiro, tratando-se de coisa móvel;
- f) **Convocar a Assembleia Geral** quando ocorrer motivo grave e urgente.

§ 2º - O **Conselho Fiscal** terá seu Presidente eleito pelos Membros efetivos que o compõem e disporá sobre sua organização e funcionamento em Regimento Interno por ele mesmo aprovado, obedecendo ao disposto na legislação pública, **vedado aos Membros do Conselho Fiscal de entidade desportiva o exercício de cargo ou função no Conselho Fiscal da FEMEMS.**

§ 3º - No mínimo, um, dentre membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal deverá ser economista, administrador ou contabilista ou, pelo menos, ter alguma experiência em contabilidade.

Seção V Da Presidência

Art. 41 - A **Presidência** compor-se-á do Presidente e de dois Vice-Presidentes, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida 1 (uma) única recondução.

Art. 42 - Ao **Presidente da FEMEMS** compete a função executiva, na administração da entidade, com amplos poderes de representação, ativa e passiva, judicial e extrajudicial podendo constituir procuradores.

§ 1º - Ao Presidente, no exercício dos poderes referidos neste artigo, cumpre a adoção de quaisquer medidas oportunas à ordem ou aos interesses da **FEMEMS**, nos casos omissos ou urgentes, que sujeitem este Estatuto à controvérsia de interpretação.

§ 2º - Ao Presidente, além das demais atribuições prescritas neste Estatuto, compete:

- a) **Adotar** qualquer medida julgada oportuna à ordem ou aos interesses da **FEMEMS**, inclusive nos casos omissos ou urgentes que sujeitem este Estatuto à controvérsia de interpretação, "ad referendum" da **Assembleia Geral**, podendo constituir procuradores;
- b) **Supervisionar**, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas, financeiras e desportivas da **FEMEMS**;
- c) **Supervisionar** o pessoal a serviço remunerado na entidade e, em consequência, nomear, admitir, designar, comissionar, contratar ou rescindir contratos, exonerar dispensar, demitir, punir destituir, licenciar, dar férias, elogiar e premiar;
- d) **Apresentar à Diretoria**, em cada uma das suas reuniões anuais, relatórios circunstanciados da administração realizada no exercício anterior, juntamente com o parecer do **Conselho Fiscal** e balanço do movimento econômico, financeiro e orçamentário;

- e) **Cumprir** e fazer cumprir os mandamentos em vigor na **FEMEMS**, originários dos poderes públicos, dos organismos desportivos estaduais a que esteja filiada e dos poderes internos;
- f) **Nomear** e dispensar os Presidentes, Diretores e os Membros dos órgãos e Comissões que independem de eleição, licenciar, a pedido, qualquer um dos integrantes dos órgãos da **FEMEMS** e designar componentes para as Comissões que instituir;
- g) **Convocar** os órgãos de cooperação;
- h) **Fiscalizar** a arrecadação da receita e autorizar o pagamento de despesas, observado o orçamento em execução e os limites dos créditos adicionais;
- i) **Autenticar** os livros da **FEMEMS**;
- j) **Assinar** títulos, cheques, em conjunto com o Diretor de Finanças, observadas as disposições deste Estatuto;
- k) **Celebrar** acordos, contratos e convênios ou quaisquer outros termos, que constituam compromissos, obedecido o Estatuto;
- l) **Fazer** publicar os atos originários dos poderes internos, bem como mandar expedir todos os atos de interesse da **FEMEMS**, em especial normas, regras e instrumentos técnico desportivos, aprovados pelos órgãos competentes e qualquer outro mandamento a cargo da Presidência;
- m) **Constituir** as delegações incumbidas da representação da **FEMEMS**, dentro e fora do País;
- n) **Pôr** em execução os atos decisórios dos poderes internos e efetivar as penalidades decretadas pelos órgãos competentes;
- o) **Guardar** e conservar os bens imóveis da **FEMEMS**, alienar e constituir direitos reais sobre os referidos imóveis e doar bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembleia Geral;
- p) **Sujeitar** a depósito, em instituição oficial de crédito do estado, os valores da **FEMEMS**, em espécie ou títulos;
- q) **Presidir** as reuniões da Diretoria, com direito a voto, inclusive o de desempate;
- r) **Aplicar** às pessoas físicas e jurídicas, sujeitas à jurisdição da **FEMEMS**, quando cabíveis, as sanções previstas neste Estatuto, ressalvadas a competência dos demais poderes internos;
- s) **Homologar** os atos internos da **FEMEMS**, quando couber;
- t) **Mandar** expedir instruções e avisos às filiadas, desde que não contenham disposições incompatíveis com as Leis superiores, deste Estatuto ou atos originários de outro poder interno;
- u) **Credenciar** ou nomear delegados e assistentes especiais para representá-lo em eventos oficiais e técnicos;
- v) **Designar** os Vice-Presidentes Regionais da **FEMEMS**;
- w) **Representar** o motociclismo em qualquer atividade de cunho Internacional, bem como autorizar, orientar, coordenar e fiscalizar as atividades internacionais das filiadas,
- x) **Exercer** quaisquer outras atribuições executivas, que não tenham sido explicitamente previstas neste Estatuto.
- y) **Realizar** operações financeiras dentro da instituição bancária: empréstimo, financiamentos, CDC veículo, Leasing, limites de contas correntes, cartão de crédito e quaisquer outros que sejam utilizadas em benefício da **FEMEMS**.

Art. 43 – O 1º Vice-Presidente da **FEMEMS** é o substituto eventual do Presidente e, no impedimento deste, assumirá o 2º Vice-Presidente.

Parágrafo Único – os Vice-Presidentes, independentemente do exercício eventual da presidência da **FEMEMS**, poderão desempenhar parcelas das funções executivas do Presidente, em caráter transitório, quando por este delegado, em termo expressos.

Art. 44 – No caso de vacância da presidência da **FEMEMS**, na vigência do último ano do mandato eletivo, o 1º Vice-Presidente completará o período, se antes desse prazo, haverá nova eleição, a ser convocada em no máximo 90 (noventa) dias da data da vacância.

Sessão VI Da Diretoria

Art. 45 – A Diretoria da CBM, com mandato de quatro anos, permitida 1 (uma) única recondução, é o poder administrativo da entidade e terá o poder de decidir sobre assuntos correntes e urgentes.

Art. 46 – À Diretoria, além das atribuições já previstas neste Estatuto, compete:

- a) Manifestar-se sobre os assuntos de interesse da Entidade;
- b) Colaborar com a presidência, e demais poderes e órgãos, visando o bom e fiel cumprimento das finalidades da **FEMEMS**;
- c) Aprovar todos os mandamentos e atos de caráter normativos, próprio da **FEMEMS**, ressalvada a competência dos demais poderes e órgãos técnicos;
- d) Autorizar a Entidade a receber doações e legados, em ato homologado pelo Conselho Fiscal;
- e) Decretar as sanções de cunho administrativo, prevista neste Estatuto, que não pertencerem à competência de outro poder; sendo que dessa decisão caberá recurso necessário para a Assembleia Geral;
- f) Escolher os componentes das Comissões que vierem a ser constituídas pelo Presidente;
- g) Exercer qualquer outra competência regulamentar que não colhida com o disposto no Estatuto;
- h) Propor, à Assembleia Geral, após processo regular, a filiação ou desfiliação de Entidades;
- i) Julgar as contas do exercício financeiro anterior, acompanhadas do balanço financeiro e patrimonial, instruído com parecer conclusivo do Conselho Fiscal;
- j) Constituir a Ouvidoria Geral da entidade, responsável pelo recebimento, processamento e resposta às solicitações relacionadas aos relatórios de gestão e execução orçamentária da **FEMEMS**;
- k) Aprovar o modelo de emblema da **FEMEMS** nos uniformes;
- l) Aprovar os estatutos dos filiados, bem como suas reformas parciais ou totais;
- m) Interpretar este estatuto;
- n) Regulamentar a Nota Oficial;

- o) Decidir sobre a fixação de prêmios, gratificação e ajudas de custo e de manutenção (hospedagem, alimentação, transporte interno, transporte interestadual e outros) para a participação de atletas, funcionários e parceiros nas diversas competições intermunicipais, estaduais e nacionais, observadas as dotações orçamentárias e legislação vigente;
- p) Zelar pela harmonia entre os filiados, em benefício do progresso e da unidade política do motociclismo brasileiro.

§ 1º - Os Membros da Diretoria não respondem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da **FEMEMS**, na prática de ato regular da sua gestão, mas assumem essa responsabilidade pelos prejuízos que causarem, em virtude de infração do Estatuto e da Lei;

§ 2º - A Diretoria e as Comissões Técnicas, reunir-se-ão, preferencialmente uma vez por ano no segundo semestre, por convocação do Presidente da **FEMEMS** ou de seu substituto, com o comparecimento, no mínimo, de 03 (três) Diretores, e deliberará por maioria simples dos presentes à reunião, cabendo ao Presidente da **FEMEMS** ou ao seu substituto o voto de desempate.

Art. 47 – O Diretor de Finanças incumbir-se-á do desempenho dos encargos econômicos e financeiros da Entidade; acompanhará a execução do orçamento de cada exercício; elaborará a proposta orçamentária a ser revista e adotada; organizará o documentário destinado a instruir o levantamento do balanço; exercerá o controle administrativo da despesa e da receita; executará os atos que influenciarem o patrimônio, as finanças e o orçamento, e proverá os serviços inerentes à administração financeira da Entidade, inclusive mediante a assinatura de documentos e títulos.

Art. 48 – O Diretor Jurídico centralizará o estudo e a supervisão de todos os assuntos de ordem legal da **FEMEMS**; pronunciar-se-á por iniciativa de qualquer poder interno sobre as matérias compreendidas no domínio de suas funções específicas, desempenhará os demais encargos de consultoria ou procuradoria que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Entidade.

Art. 49 – Ao Diretor Técnico incumbirá o estudo e a supervisão de todos os assuntos de índole técnico/desportivo, formulando regulamentos, dirimindo dúvidas quanto à aplicação e interpretação dos mesmos; preparar grupo técnico encarregados da inspeção de equipamentos e circuitos; desempenhar, ainda, toda atividade ligada à sua área, pronunciando-se sempre que solicitado pela Presidente da **FEMEMS**.

Art. 50 - A **FEMEMS** terá como presidente e vice-presidente brasileiros natos ou naturalizados.

Art. 51 - No caso de destituição ou renúncia do presidente da **FEMEMS** será ele substituído pelo vice-presidente, ato a ser referendado em Assembleia Geral Extraordinária, convocada dentro de oito dias de seu afastamento.

§ 1º - No caso de afastamento temporário do presidente por até 120 dias, ou faltando menos de quatro meses para término do mandato, as substituições dispensarão a aprovação da Assembleia Geral.

§ 2º - No caso de renúncia coletiva da Diretoria, assumirá a presidência da FEMEMS o Presidente do Conselho Fiscal da entidade, ou ainda, um de seus membros efetivos, cumprindo-lhe em tal hipótese convocar a Assembleia Geral dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da renúncia, para recomposição do respectivo poder, sendo que os eleitos exercerão o mandato pelo restante do período destinado aos seus antecessores.

Art. 52 - O presidente da FEMEMS poderá, a qualquer momento, criar novos departamentos, alterar-lhes a denominação e nomear comissões, mediante proposta à Diretoria, devidamente fundamentada.

Art. 53 - A Diretoria reunir-se-á em caráter ordinário e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente, deliberando com a presença da maioria de seus membros.

Art. 54 - Das decisões da Diretoria, que serão tomadas por maioria de votos, caberá recurso à Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, e em conformidade com o disposto neste estatuto, salvo os recursos da competência do Tribunal de Justiça Desportiva.

Art. 55 - Ao vice-presidente compete participar das reuniões da Diretoria, auxiliar o presidente, substituí-lo em seus impedimentos e suceder-lhe em caso de vacância, nos termos deste Estatuto, podendo, ainda, acumular cargos.

Art. 56 - Os membros da Diretoria da FEMEMS não respondem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da entidade na prática de ato regular de sua gestão, prescrevendo a sua responsabilidade após 3 (três) anos da data da aprovação, pela Assembleia Geral, das contas e do balanço do exercício em que haja findado o seu mandato.

CAPÍTULO III
Dos Órgãos Técnicos e de Cooperação
Seção I
Do Conselho Técnico Desportivo Nacional

Art. 57 - Ao Conselho Técnico Desportivo Estadual cabe exercer o controle e a fiscalização técnica do motociclismo Estadual, competindo-lhe ainda, colaborar com os poderes e órgãos diretivos, técnicos e executivos da **FEMEMS** e de suas filiais, nos trabalhos de superintendência, promoção e organização das manifestações motociclísticas no Estado.

Art. 58 - Conselho Técnico Desportivo Estadual constituir-se-á com no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) Membros, nomeados pelo Presidente da **FEMEMS**, dentre desportistas de conhecidos serviços prestados ao

motociclismo desportivo, e elevado conceito técnico. Os Membros do Conselho Técnico Desportivo Nacional serão demissíveis "ad nutum".

§ 1º - Os Presidentes das Comissões poderão ser cumulativamente, Membros do Conselho Técnico Desportivo Nacional.

§ 2º - A escolha do Presidente e do Vice-Presidente, do Conselho Técnico Desportivo Estaduais, caberá ao Presidente da **FEMEMS**.

Art. 59 – Compete ao Conselho Técnico Desportivo Estadual, precipuamente:

- a) Elaborar instruções, regras e normas referentes a quaisquer aspectos da prática desportiva motociclística no Estado, submetendo-as à apreciação do Presidente da **FEMEMS**;
- b) Supervisionar os trabalhos das Comissões Estaduais, emitindo parecer para aprovação do Presidente da **FEMEMS**;
- c) Criar ou supervisionar os regulamentos e as normas de funcionamento dos cursos técnicos profissionais;
- d) Selecionar as delegações técnicas desportivas para representar a **FEMEMS**, dentro ou fora do Estado.

Art. 60 – As decisões do Conselho Técnico Desportivo Estadual deverão homologadas pelo Presidente da **FEMEMS**.

Seção II Das Comissões Estaduais

Art. 61 – As Comissões Estaduais previstas neste Estatuto, órgão de assessoramento dos poderes da **FEMEMS** serão, cada uma, integradas por 05 (cinco) Membros, sendo, pelo Presidente da **FEMEMS**, e demissíveis "ad nutum".

Art. 62 – Cabem as Comissões Estaduais de cada modalidade, elencadas no artigo 51, supervisionar, cada uma delas, a prática desportiva de sua modalidade, elaborar regulamentos técnicos, submetendo-os à apreciação do Conselho Técnico Desportivo Estaduais e inspecionar e aprovar os trabalhos de estrutura técnica, apresentados pelas Moto Clubes, para realização de etapas locais de provas dos Campeonatos Estadual, de acordo com as normas vigentes.

TÍTULO III DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO CAPÍTULO I Do Exercício Financeiro

Art. 63 – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.

§ 1º - Apresentação de orçamento detalhado, incluindo receitas e despesas de forma discriminada e incluirá todas as receitas e despesas, sujeitas a rubricas e dctações específicas, conforme os parágrafos seguintes:

§ 1º - O orçamento será único e incluirá todas as receitas e despesas, sujeitas a rubricas e dotações específicas, conforme os parágrafos seguintes:

§ 2º - A receita compreende:

- a) As taxas de filiações, permanências ou transferências de modalidades, assim como os emolumentos a que os processos de recursos estiverem sujeitos;
- b) As rendas resultantes da aplicação dos bens patrimoniais;
- c) O produto de multa e indenizações;
- d) A arrecadação de até 10% (dez por cento) da receita das competições estaduais, municipais, franca e similares realizadas no Estado;
- e) As subvenções e os auxílios;
- f) As doações ou legados, convertidos em dinheiro, respeitados os limites impostos no estatuto.
- g) Quaisquer outros recursos pecuniários que a Diretoria vier a criar;
- h) **Produto** de taxas de carteiras, cédulas desportivas, licenças, registros, autorizações, inscrições, reconhecimentos, homologações e certidões;
- i) **Rendas eventuais**;
- j) **Recursos** provenientes de patrocínio de manifestações desportivas,

§ 3º - A despesa compreende:

- a) O custeio das atividades desportivas dos encargos diversos e da administração da **FEMEMS**;
- b) As obrigações de pagamento que se tornarem exigíveis em consequência dos atos judiciais, convênios, contratos e operações de crédito;
- c) Encargos pecuniários não previstos no orçamento, custeados conforme autorização do Conselho Fiscal;
- d) Encargos decorrentes de prêmios destinados a manifestações desportivas realizadas.

CAPÍTULO II Do Patrimônio

Art. 64 - O Patrimônio compreende:

- a) Os bens móveis e imóveis adquiridos sob qualquer título;
- b) Os troféus e prêmios tombados, insusceptíveis de alienação;
- c) Os saldos beneficiários de execução do orçamento;
- d) Os fundos existentes ou os bens resultantes de sua inversão;

CAPÍTULO III Das Normas de Administração Financeira

Art. 65 - Os elementos Constitucionais da ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados nos livros próprios e comprovados por documentos, mantidos em arquivo, observadas as disposições legais vigentes, em observância dos princípios fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileira de Contabilidade.

§ 1º - Os serviços de contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, às finanças e à execução do orçamento.

§ 2º Conforme rege este estatuto, dar-se-á publicidade, através do site www.femems.com.br, ao encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e às demonstrações financeiras da entidade.

§ 3º Estabelece-se a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto neste estatuto.

§ 4º) - Todas as receitas e despesas estão sujeitas a comprovação de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos.

TÍTULO IV CAPÍTULO I

Das Entidades Filiadas – Direitos e Deveres (Art. 54, III da Lei 10.406/02)

Art. 66 – São direitos de todos filiados:

- a) Organizar-se livremente, observando na elaboração de seus Estatutos e Regimentos, as normas emanadas da **FEMEMS** e pelas Nacionais, as quais a **FEMEMS** é filiada;
- b) Fazer-se representar na Assembleia Geral, com direito a voto, na forma deste Estatuto;
- c) Inscrever-se e participar dos Campeonatos, torneios e outras competições interestaduais, municipais e estaduais, promovidos pela **FEMEMS**, obedecidos aos respectivos regulamentos específicos;
- d) Disputar competições interestaduais, municipais ou estaduais, com suas representações oficiais, bem como permitir que seus filiados o façam, quando for o caso, mediante licença obrigatória, previamente concedida pela **FEMEMS**, atendida as exigências legais;
- e) Recorrer das decisões do Presidente, da Diretoria ou de qualquer outro poder da **FEMEMS**;
- f) Tomar iniciativas que não colidam com as Leis superiores, no sentido de desenvolver o Motociclismo.
- g) Ter acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão da **FEMEMS**.

Parágrafo único: a alínea "a" e "g" aplica-se, exclusivamente, às pessoas jurídicas filiadas, sendo as demais concernentes a todos os filiados.

Art. 67 – São deveres de toda Entidade homologada:

- a) **Reconhecer a FEMEMS** como única entidade dirigente do Motociclismo Estaduais, em todas as suas modalidades, respeitando cumprindo e fazendo respeitar e cumprir pelas filiadas, quando for o caso, suas Leis, regulamentos e decisões, assim como as regras desportivas e as Leis, regulamentos, normas, decisões e acordos emanados das Entidades estaduais do Motociclismo, as quais a **FEMEMS** é filiada;
- b) **Submeter** seu Estatuto ao exame e homologação da **FEMEMS**, bem como as reformas que nele proceder;
- c) **Pagar**, pontualmente, as mensalidades e taxas a que estiver obrigada, as multas que lhe forem impostas, e qualquer outro débito que tenham com a

- FEMEMS**, recolhendo aos cofres desta, dentro de 15 (quinze) dias, o valor de taxas, estabelecidas nas Leis e regulamentos em vigor;
- d) **Cobrar** as multas impostas aos seus representantes, às suas filiadas e aos seus funcionários técnicos ou administrativos, bem como os percentuais devidos pelas competições, regionais e municipais, que promover ou forem promovidas pelas entidades que lhe forem vinculadas, direta ou indiretamente, e remeter à **FEMEMS**, o valor arrecadado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
 - e) **Atender**, prontamente, à convocação de atletas e de pessoal técnico, para integrar representação oficial da Federação a eventos desportivos, assim como a cerimônias e solenidades;
 - f) **Reconhecer** na **FEMEMS**, autoridade única para editar regras oficiais de Motociclismo, de âmbito estadual;
 - g) **Estimular** e orientar a construção de pista e instalações em geral de Motociclismo;
 - h) **Fiscalizar** a realização de eventos interestaduais, regionais, nacionais ou internacionais, na área de sua jurisdição, dando ciência à **FEMEMS**, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por intermédio de relatório pormenorizado, de qualquer anormalidade verificada com a indicação dos responsáveis;
 - i) **Comunicar**, dentro de 15 (quinze) dias, a eliminação de atletas;
 - j) **Remeter**, prontamente a **FEMEMS**, as inscrições e registros de atletas;
 - k) **Prestar**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as informações solicitadas para a transferência de atletas para outras entidades;
 - l) **Atender**, na íntegra, todo o "Check List" oficial da **FEMEMS** quando a Moto Clube estiver envolvida na realização do evento oficial da **FEMEMS**;
 - m) **Enviar** a sede da **FEMEMS** em toda nova eleição e/ou alteração da nova Diretoria o Termo de Posse da nova Diretoria e Estatuto devidamente registrado em cartório, a relação dos seus associados que estão em dia com as suas obrigações, acompanhados de seu Estatuto e Termo de Posse devidamente atualizados em registros em cartório.
 - n) **Observar** as normas antidopagem estabelecidas pela Agência Mundial Antidopagem e pelas Entidades Internacionais do Desporto no motociclismo.

§ 1º - A perda de quaisquer das condições relacionadas a todas aos artigos 13 e 14, acarretará a imediata suspensão dos direitos da filiada, podendo inclusive sofrer a sanção do art. 12, alínea "V", uma vez notificada à mesma, por carta com aviso de recebimento, observados o devido processo legal e a ampla defesa, em processo administrativo instaurado com essa finalidade.

DAS MANIFESTAÇÕES DESPORTIVAS CAPÍTULO I

Dos Equipamentos e Das Modalidades

Art. 68 – São consideradas e definidas como de competição, todas as motocicletas, UTVs, quadriculos e máquinas afins construídas dentro de especificações técnicas, próprias para uso em competições desportivas.

TÍTULO V Das Disposições Gerais

Art. 71 – O registro, inscrição de transferência, renovação, convocação e licenciamento dos Pilotos serão regulados pelo Regulamento atual, em caso de dúvidas, pela tomada de decisão da Comissão Técnica de cada Modalidade.

Art. 72 – A **FEMEMS** fixará, anualmente, os valores dos emolumentos ou taxas que incidirem sobre as atividades motociclísticas, praticadas no território Estadual.

Art. 73 – O ato de filiação, de qualquer entidade esportiva à **FEMEMS**, importa em aceitação deste e reconhecimento de um compromisso de adesão entre as entidades esportivas, integrando o compromisso, as normas que regem o motociclismo no Estado, sendo reconhecidos como mandamentos este Estatuto, as que se obrigam todos os filiados, inclusive, os demais atos e normas expedidas por qualquer dos poderes internos ou órgãos de cooperação da **FEMEMS**, editados no exercício da respectiva competência, e todos aqueles editados pelo Poder Público do Estado ou por organismo privado, aos quais a **FEMEMS** deve obediência.

Art. 74 – O funcionamento do Conselho Técnico Desportivo Estadual e das Comissões Estaduais será definido nos respectivos Regimentos internos, que deverão ser aprovados por portaria do Presidente da **FEMEMS**.

Art. 75 – Em caso de dissolução da Federação, o seu patrimônio líquido reverterá a favor da Entidade de direito Público ou Privado, que se substituir à Federação, no exercício das mesmas finalidades, ou, se inviável legalmente, a entidade que desempenhar a função de museu nacional de motociclismo, ou ainda, o fim a que lhe destinar a Assembleia Geral específica.

§ 1º Em caso de perda de qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o seu período de vigência, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta lei, e que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 76 – A **FEMEMS** foi fundada a 11 de julho 1986 e em 04 de março de 2022, data de realização da última Assembleia Geral Ordinária, que reformou o presente Estatuto, está nesta data constituída pelos homologadas:

OK MOTO CLUBE
TNT MOTO CLUBE
PANTANAL MOTO CLUBE DUAS RODAS
OFF ROAD MS MOTO CLUB

Art. 77 – Ficam fazendo parte integrante deste Estatuto, e no que ao mesmo se aplicar às disposições contidas na Lei nº. 9.615, de 24.3.98, e do Decreto nº. 2.574, de 29.4.98, e alterações posteriores.

Art. 78 – O presente Estatuto, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 04 de março de 2022, deverá ser registrado no Cartório

do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, juntamente com a ata da Assembleia que o aprovou. O presente Estatuto, entrando em vigor esta última alteração, na data de sua averbação no referido Registro Público.

Art. 79 – O regimento interno, aprovado e alterado pela Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, complementará o presente estatuto.

Parágrafo Único. A FEMEMS e suas filiadas e vinculadas estarão sujeitas ainda às leis que regem o esporte e às decisões da Assembleia Geral e da Diretoria, além das normas emanadas de órgãos públicos e privados disciplinadores das entidades de fins não-econômicos, do esporte em geral e do motociclismo em particular.

Art. 80 - Os membros dos poderes e dos órgãos técnico e de cooperação da FEMEMS, bem como, os presidentes e diretores das entidades filiadas e vinculadas, portadores de carteira de identificação por ela expedida, terão acesso a todas as praças de desportos sujeitas à jurisdição da entidade.

Art. 81 - As entidades filiadas e vinculadas, bem como, os atletas, dirigentes, técnicos, auxiliares e pessoas físicas que lhes forem direta ou indiretamente subordinadas ou vinculadas, mediante remuneração ou sem remuneração, tendo em vista a legislação disciplinadora da matéria, estão impedidos de recorrer à justiça comum para a solução de suas pendências com a FEMEMS, antes de esgotados os recursos previstos nas normais legais e estatutárias.

Art. 82 - A FEMEMS poderá promover a desfiliação de associado que infrinja ou tolere que sejam infringidos os estatutos da CBM, do COB e do COI, e da FIM, respeitado o devido processo legal.

TÍTULO VI Das Disposições Transitórias

Art. 83 – A FEMEMS instituirá o seu Regimento Interno, o qual disporá, dentre outros, sobre procedimentos disciplinares, valores de taxas, multas e regras procedimentais.

Campo Grande – MS, 04 de março de 2022.

RECONHECIMENTO DE
FIRMA NO VERSO

9º OFÍCIO

Salvador Machado
PRESIDENTE

Federação Estadual de Motociclismo do Mato Grosso do Sul – FEMEMS

DR José Ferreira Gonçalves
ADVOGADO OAB 14460

Zamperlini - Serviço Notarial e Registral
 Av. João Rosa Pires, 938 - Bairro Amambai - CEP 79.008-050
 Fone: 67 3046 9001 - Campo Grande/MS

Reconheço por semelhança as firmas de: *****
SALVADOR MACHADO ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** * ** *

Selo Digital: AGP20100-100-NOR

CAMPO GRANDE-MS, 04 de maio de 2022

Mário Guido de Paula-Escrevente Autorizado

Emolumentos: R\$ 6,00 - FUNJEC 5%: R\$ 0,30 - FUNJEC 10%: R\$ 0,60 - FUNADEP 6%: R\$ 0,36 - FUNDE-PGE 4%: R\$ 0,24 - FEADMP-MS 10%: R\$ 0,60 - ISSON 5%: R\$ 0,30 - SEL 0,73 - 1,50 - EDGAR

4º OFÍCIO
 Escrivente

REGISTRO CIVIL
4º OFÍCIO

Rua Marechal Rondon, 1618 - Centro - CEP: 79002-200 - Campo Grande - MS
 Fone: (67) 3022-4400 - Campo Grande - MS
 CNPJ: 23.702.924/0001-35 - PESSOAS JURÍDICAS
 Site: www.4oficio.net.br - E-mail: contato@4oficio.net.br

Documento apresentado para AVERBAÇÃO. Protocolo n.443203 no Livro A-47 em 27/04/2022 averbado no Reg. n. 36996 no Livro A de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em 13/05/2022.

SELO DIGITAL: AGN21744-946-NOR *****

Consultar o Selo no site: <http://www.tjms.jus.br/> *****

Emolumentos: R\$ 47,00 - Funjeco 5%: 2,35 - Funjeco 10%: 4,70 Funadep 6%: 2,82 - Funde-PGE 4%: 1,88 - FEADMP 10%: 4,70 - ISS 5%: 0,00 - Selo: 1,50

Em Test. _____ da verdade.

FAÇA SUA ESCRITURA AQUI

4º OFÍCIO
 DE NOTAS
 TÍTULOS E DOCUMENTOS
 PESSOAS JURÍDICAS

4º OFÍCIO

Juanes Camillo de Arantes Jr.
 ESCRIVENTE